

Processos de Transformação do Mundo do Trabalho

Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos
(Organizador)



Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos
(Organizador)

Processos de Transformação do Mundo do Trabalho

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Geraldo Alves
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof^a Dr^a Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof^a Dr^a Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.^a Dr.^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
P963	Processos de transformação do mundo do trabalho [recurso eletrônico] / Organizador Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. Formato: PDF Requisitos de sistemas: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-438-2 DOI 10.22533/at.ed.382190307 1. Direitos humanos. 2. Trabalho – Aspectos sociais. I.Vasconcelos, Adaylson Wagner Sousa de. CDD 331
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A obra **Processo de Transformação do Mundo do Trabalho** corresponde a uma coletânea que reúne vinte e nove capítulos de pesquisadores vinculados a instituições nacionais e internacionais que uniram esforços para debater problemas sensíveis da sociedade com diálogos e desdobramentos no universo do trabalho.

A temática do trabalho e seus desdobramentos correspondem a elementares sensíveis na comunidade contemporânea, sobretudo no nosso país e nesse momento de intensa atuação de uma política neoliberal que, baseada no discurso de estado mínimo, promove sucessivas tentativas de minorar os direitos sociais historicamente conquistados.

É tomada por essa discussão permeada pelo trabalho como eixo norteador, mas que também alcança comentários sobre empreendedorismo, informalidade, situações vastas e particularidades do exercício da labuta, reabilitação profissional, justiça, precarização do trabalho, fundos de pensão e previdência, políticas públicas e educação, dentre outros, que se dá a construção da obra agora disponibilizada aos nossos leitores.

Sem delongas, e abordando os capítulos, temos:

- **O DESEMPENHO CANSADO**, de Aline Cristina Domingues e Maria Valéria Barbosa, propõe um estudo que versa sobre o trabalho na contemporaneidade a partir da perspectiva da “sociedade do desempenho” na pós-graduação.
- **UMA DISTORÇÃO CONCEITUAL: INFORMALIDADE E EMPREENDEDORISMO**, de Thiago Brandão Peres, discute informalidade e empreendedorismo no Brasil e como se dá os desdobramentos dessas ações nos planos políticos.
- Vanessa de Faria Berto, em **NAS FÍMBRIAS DO SISTEMA: AS OFICINAS DE TRABALHO INFORMAL DO CENTRO COMUNITÁRIO “NOVA MARÍLIA” – SÃO PAULO**, apresenta a precariedade do trabalho informal e temporário realizado por mulheres em oficinas comunitárias.
- **INDICADORES SOBRE EMPREENDEDORISMO E DESENVOLVIMENTO NOS MUNICÍPIOS GAÚCHOS**, de Samanta Silva da Rosa, Tiarajú Alves de Freitas e Daniele Mendes Caldas Antunes, aborda o empreendedorismo no municípios do sul do país, precisamente no Rio Grande do Sul, sendo este relevante para o grau de desenvolvimento socioeconômico que a região detém.
- **TRABALHO DOMÉSTICO REMUNERADO: SUAS IMPLICAÇÕES NA HISTÓRIA DO BRASIL QUANTO A GÊNERO, RAÇA E CLASSE SOCIAL**, de Willians Alexandre B. da Silva, centra comentários sobre e regulamentação tardia do trabalho doméstico com o apoio de categorias como gênero, raça e classe social.

- **USO DE SISTEMA CAD/CAM NA ONDOLOGIA ESTÉTICA: RELATO DE CASO**, de Arthur Eric Costa Wanderley, Ingrid Ferreira Leite, Mayssa Galvão Pimentel, Rúbia Reis Fonseca Amaral Souto e Natália Karol de Andrade, destina atenção para a relevância da tecnologia e da modernidade, dando os sistemas CAD/CAM como exemplos de ações possíveis para a redução de infecções no exercício da odontologia estética.
- Dando destaque às particularidades das atividades relacionadas ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), Elizama dos Santos Costa, Mirelly Mineiro Penha, Tatyane Silva Rodrigues, Grazielle de Sousa Costa, Thalita Kelly Monteiro Silva, Marina Vieira Ferreira, Mickaelle Bezerra Calaça e Pâmela Suelem Nascimento Vieira, em **TRABALHADORES DE SAÚDE DO SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA E A EXPOSIÇÃO AOS RISCOS OCUPACIONAIS**, verificam danos por contaminação por materiais biológicos e situações de estresse como sendo os riscos ocupacionais que os trabalhadores dessa atividade estão mais suscetíveis de exposição.
- Através de uma pesquisa que compreendeu uma amostragem de 180 (cento e oitenta) operadores de telemarketing, Maria Áurea Catarina Passos Lopes, Maria Juliana Moreira da Costa, Jeovana da Silva Rodrigues, Thais Rodrigues Ferreira, Liliana Gama Oliveira, Ranieli Cavalcante dos Santos e Nataly de Fátima Sousa Martins, em **ANÁLISE DO PERFIL CARDIOVASCULAR DE OPERADORES DE TELEMARKETING DE UMA CENTRAL DE TELEATENDIMENTO EM FORTALEZA-CE**, concluíram a presença de fatores que viabilizam o desenvolvimento de doenças cardiovasculares nessa atuação profissional, sendo necessária a promoção de hábitos saudáveis.
- **OS INDICADORES DO PROGRAMA DE REABILITAÇÃO PROFISSIONAL: UMA ANÁLISE INTERPRETATIVA**, de Flávia Xavier de Carvalho, Keity Ayumi Akimura e Silvana Souza Netto Mandalozzo, dialoga sobre a importância do aludido programa do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) para a reinserção de trabalhadores que foram vítimas de acidentes de trabalho e de pessoas com deficiência no mercado de trabalho.
- **PROGRAMA DE REABILITAÇÃO PROFISSIONAL DO INSS: UMA ANÁLISE DA REALIDADE DA GERÊNCIA EXECUTIVA DE MARINGÁ/PR NO ANO DE 2015**, de Christiane Karla Spielmann e Flávia Xavier de Carvalho, também estabelece considerações sobre o Programa de Reabilitação Profissional, agora a partir da realidade vivenciada na cidade de Maringá.
- **A INSPEÇÃO DO TRABALHO NO BRASIL: APONTAMENTOS ACERCA DO PROCESSO DE RECONFIGURAÇÃO INSTITUCIONAL A PARTIR DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988**, de Luiz Felipe Monsore de Assumpção, como seu título muito bem sintetiza, trata da reconfiguração institucio-

nal trazida ao Sistema de Inspeção do Trabalho pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

- Adotando atenção para o fenômeno da terceirização, Magda Barros Biavaschi, Marilane Oliveira Teixeira e Alisson Droppa, em **A JUSTIÇA DO TRABALHO, O STF E A TERCEIRIZAÇÃO: NOTAS SOBRE O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS**, comentam a atuação do Supremo Tribunal Federal sobre o tema em momentos, inclusive, anteriores às reformas descritas pelo Congresso Nacional.
- A preservação do *jus postulandi* como condição de acesso à justiça é exposto por Cláudia Glênia Silva de Freitas e Amanda Alves dos Santos em **A MITIGAÇÃO DO *JUS POSTULANDI* NO PROCESSO DO TRABALHO**.
- **A FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE NOS EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS**, de Ana Claudia Alcaide, Vanderlene Moura Silva e Rita de Cássia Arruda Fajardo, reflete sobre os empreendimentos econômicos solidários baseado na ótica da função social.
- **AS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS ENQUANTO CATEGORIA DO ESTADO NEOLIBERAL REFORMISTA NO BRASIL: UMA ESTRUTURA DE PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO?**, de Fernanda Barcellos Mathiasi, analisa a categoria social trabalho em Organizações Sociais.
- **NÃO PENSE EM CRISE, TRABALHE: A BANCADA EVANGÉLICA E A CLASSE TRABALHADORA NAS REFORMAS “TEMERÁRIAS”**, de Yuri Rodrigues da Cunha, atribui enfoque na atuação e interesses da bancada evangélica presente no Congresso Nacional em relação às reformas trabalhistas pautadas, sendo ela agente que promove conciliação e subalternização das classes populares à reforma, enquanto que o governo pauta as suas exigências moralizantes.
- **FUNDOS DE PENSÃO E TRANSFORMISMO SINDICAL NO GOVERNO LULA**, de Mateus Ubirajara Silva Santana e Paulo Sérgio Fracalanza, problematiza a relação entre fundos de pensão e sindicatos nas primeiras gestões presidenciais petistas e o discurso que legitima as ações políticas tomadas ao longo dos anos.
- **RENDIMENTOS NA APOSENTADORIA: UMA COMPARAÇÃO ENTRE A PREVIDÊNCIA SOCIAL E A PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR NO BRASIL**, de Ana Elizabeth Neirão Reymão e João Gustavo Gouveia Loureiro, indaga até que ponto o processo de reforma previdenciária de fato corresponde a uma ação benéfica para os trabalhadores brasileiros e para os seus respectivos interesses.
- **EFEITOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL SOBRE A POBREZA MULTIDIMENSIONAL NO RURAL BRASILEIRO**, de Rosa Kato e Danielle Carusi Macha-

do, marca posição ao nortear a previdência rural como parte da Seguridade Social, sendo esta importante elemento de minimização da pobreza e desigualdade social.

- Em **POLÍTICA PÚBLICA EM ECONOMIA SOLIDÁRIA: UM ESTUDO SOB A ÓTICA DO GESTOR DA INCUBADORA PÚBLICA DE EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS DA PREFEITURA DE SÃO PAULO**, Sérgio Ricardo Gaspar conclui o papel do estado como fomentador de empreendimentos econômicos solidários, sendo esta ação capaz de inserir no mercado grupos historicamente excluídos da atividade.
- **PRINCÍPIOS E PRÁTICAS DA GESTÃO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO SUBSÍDIO PARA O ENSINO DA ADMINISTRAÇÃO: BUSCA POR PRESSUPOSTOS**, por Gustavo Bigetti Guergoletto e Renata Peres Barbosa, como método para o ensino da Administração, propõe análise dos princípios da gestão da economia solidária.
- **DIREITO À EDUCAÇÃO: ANALISANDO POLÍTICAS PÚBLICAS DE APOIO À PERMANÊNCIA ESCOLAR NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**, de Aleksandra Joelma Dal Pizzol Coelho e Nilson Marcos Dias Garcia, infere que políticas públicas de permanência escolar implementadas pelo Plano Nacional de Assistência Estudantil, voltadas para discentes de cursos técnicos de Jaraguá do Sul, entre os anos de 2011 e 2013, não atingia plenamente a finalidade que tanto buscava.
- **PRONATEC: FALTA DE MATERIALIDADE DO DISCURSO**, de Jacqueline Oliveira Lima Zago e Robson Luiz de França, questiona as ações desenvolvidas no âmbito do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego.
- **PRONATEC APRENDIZ: A PERMANÊNCIA DA DUALIDADE E DA PRECARIZAÇÃO NA FORMAÇÃO PROFISSIONALIZANTE DO JOVEM TRABALHADOR APRENDIZ**, de Janaína Cristina Buiar e Nilson Marcos Dias Garcia, aponta para o programa profissionalizante como formador de trabalho simples, não produzindo assim qualificação para o ambiente de trabalho complexo no qual estamos inseridos na contemporaneidade.
- A proposta de Douglas Gomes Nalini de Oliveira e Vandei Pinto da Silva, em **DILEMAS DO ANTROPOCENO: CONTRIBUIÇÕES DA PERSPECTIVA ECOLÓGICA PARA O TRABALHO E A EDUCAÇÃO**, envolve o pensamento ecológico e as suas contribuições e críticas para a economia clássica.
- **RELIGIÃO E DEMONIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NAS ESCOLAS PÚBLICAS DO OESTE PAULISTA (2000-2016)**, de Carlos Eduardo Marotta Peters, retrata a inclusão de discursos religiosos nas escolas públicas e a construção negativa do outro substanciada nessa perspectiva de

leitura.

- Através de um eixo que perpassa por termos como livro diático, estado, ideologia, educação e classes sociais, Matheus Rodrigues Lima Affonso Garcia, Joel Nunes da Silva e Gabriel Martins, em **O LIVRO DIDÁTICO COMO UMA DAS EXPRESSÕES DA EDUCAÇÃO ENQUANTO IDEOLOGIA DE CLASSE OU COMO A GLOBO EXCLUIU UM LIVRO DIDÁTICO CRÍTICO NO BRASIL**, realizam um estudo com o fito de encontrar respostas para a exclusão do livro didático de história *Nova História Crítica* (2005), de Mario Schmidt, do guia do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD).
- **TRABALHO DOCENTE NA EDUCAÇÃO INFANTIL: CONDIÇÕES OBJETIVAS E SUBJETIVAS DA PRÁTICA PEDAGÓGICA**, de Luara Alexandre dos Santos e Lucinéia Maria Lazaretti, explana sobre as condições objetivas e subjetivas de trabalho para docente de educação infantil.
- **O TRABALHO DOCENTE NO ENSINO SUPERIOR PRIVADO NO CONTEXTO DA ACUMULAÇÃO FLEXÍVEL EM CAMPINA GRANDE/PB**, de Nadine Gualberto Agra, pauta a questão da atuação docente em nível superior privado e o controle de trabalho do profissional em casos de acumulação flexível.

Dentro desse imenso arcabouço que materializa o volume **Processo de Transformação do Mundo do Trabalho**, desejamos aos nossos leitores um excelente exercício de diálogo com os textos aqui dispostos. Que as colocações aqui contidas sejam verdadeiros incômodos capazes de impulsionar mais e mais produção de conhecimento.

Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
O DESEMPENHO CANSADO	
Aline Cristina Domingues Maria Valéria Barbosa	
DOI 10.22533/at.ed.3821903071	
CAPÍTULO 2	13
UMA DISTORÇÃO CONCEITUAL: INFORMALIDADE E EMPREENDEDORISMO	
Thiago Brandão Peres	
DOI 10.22533/at.ed.3821903072	
CAPÍTULO 3	23
NAS FÍMBRIAS DO SISTEMA: AS OFICINAS DE TRABALHO INFORMAL DO CENTRO COMUNITÁRIO “NOVA MARÍLIA”-SÃO PAULO	
Vanessa De Faria Berto	
DOI 10.22533/at.ed.3821903073	
CAPÍTULO 4	34
INDICADORES SOBRE EMPREENDEDORISMO E DESENVOLVIMENTO NOS MUNICÍPIOS GAÚCHOS	
Samanda Silva da Rosa Tiarajú Alves de Freitas Daniele Mendes Caldas Antunes	
DOI 10.22533/at.ed.3821903074	
CAPÍTULO 5	47
TRABALHO DOMÉSTICO REMUNERADO: SUAS IMPLICAÇÕES NA HISTÓRIA DO BRASIL QUANTO A GÊNERO, RAÇA E CLASSE SOCIAL	
Willians Alexandre B. da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.3821903075	
CAPÍTULO 6	61
USO DE SISTEMA CAD/CAM NA ODONTOLOGIA ESTÉTICA: RELATO DE CASO	
Arthur Eric Costa Wanderley Ingrid Ferreira Leite Mayssa Galvão Pimentel Rúbia Reis Fonseca Amaral Souto Natália Karol de Andrade	
DOI 10.22533/at.ed.3821903076	
CAPÍTULO 7	73
TRABALHADORES DE SAÚDE DO SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA E A EXPOSIÇÃO AOS RISCOS OCUPACIONAIS	
Elizama dos Santos Costa Mirelly Mineiro Penha Tatyanne Silva Rodrigues Grazielle de Sousa Costa Thalita Kelly Monteiro Silva	

Marina Vieira Ferreira
Mickaelle Bezerra Calaça

DOI 10.22533/at.ed.3821903077

CAPÍTULO 8 85

ANÁLISE DO PERFIL CARDIOVASCULAR DE OPERADORES DE TELEMARKETING
DE UMA CENTRAL DE TELEATENDIMENTO EM FORTALEZA-CE

Maria Áurea Catarina Passos Lopes
Maria Juliana Moreira da Costa
Jeovana da Silva Rodrigues
Thais Rodrigues Ferreira
Liliana Gama Oliveira
Ranieli Cavalcante dos Santos
Nataly de Fatima Sousa Martins

DOI 10.22533/at.ed.3821903078

CAPÍTULO 9 95

OS INDICADORES DO PROGRAMA DE REABILITAÇÃO PROFISSIONAL: UMA
ANÁLISE INTERPRETATIVA

Flávia Xavier de Carvalho
Keity Ayumi Akimura
Silvana Souza Netto Mandalozzo

DOI 10.22533/at.ed.3821903079

CAPÍTULO 10 111

PROGRAMA DE REABILITAÇÃO PROFISSIONAL DO INSS: UMA ANÁLISE DA
REALIDADE DA GERÊNCIA EXECUTIVA DE MARINGÁ/PR NO ANO DE 2015

Christiane Karla Spielmann
Flávia Xavier de Carvalho

DOI 10.22533/at.ed.38219030710

CAPÍTULO 11 127

A INSPEÇÃO DO TRABALHO NO BRASIL: APONTAMENTOS ACERCA
DO PROCESSO DE RECONFIGURAÇÃO INSTITUCIONAL A PARTIR DA
CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

Luiz Felipe Monsores de Assumpção

DOI 10.22533/at.ed.38219030711

CAPÍTULO 12 136

A JUSTIÇA DO TRABALHO, O STF E A TERCEIRIZAÇÃO: NOTAS SOBRE O
PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS

Magda Barros Biavaschi
Marilane Oliveira Teixeira
Alisson Droppa

DOI 10.22533/at.ed.38219030712

CAPÍTULO 13 145

A MITIGAÇÃO DO JUS POSTULANDI NO PROCESSO DO TRABALHO

Cláudia Glênia Silva de Freitas
Amanda Alves dos Santos

DOI 10.22533/at.ed.38219030713

CAPÍTULO 14	157
A FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE NOS EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS	
Ana Claudia Alcaide Vanderlene Moura Silva Rita de Cássia Arruda Fajardo	
DOI 10.22533/at.ed.38219030714	
CAPÍTULO 15	167
AS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS ENQUANTO CATEGORIA DO ESTADO NEOLIBERAL REFORMISTA NO BRASIL: UMA ESTRUTURA DE PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO?	
Fernanda Barcellos Mathiasi	
DOI 10.22533/at.ed.38219030715	
CAPÍTULO 16	183
NÃO PENSE EM CRISE, TRABALHE: A BANCADA EVANGÉLICA E A CLASSE TRABALHADORA NAS REFORMAS “TEMERÁRIAS”	
Yuri Rodrigues da Cunha	
DOI 10.22533/at.ed.38219030716	
CAPÍTULO 17	198
FUNDOS DE PENSÃO E TRANSFORMISMO SINDICAL NO GOVERNO LULA	
Mateus Ubirajara Silva Santana Paulo Sérgio Fracalanza	
DOI 10.22533/at.ed.38219030717	
CAPÍTULO 18	207
RENDIMENTOS NA APOSENTADORIA: UMA COMPARAÇÃO ENTRE A PREVIDÊNCIA SOCIAL E A PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR NO BRASIL	
Ana Elizabeth Neirão Reymão João Gustavo Gouveia Loureiro	
DOI 10.22533/at.ed.38219030718	
CAPÍTULO 19	216
EFEITOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL SOBRE A POBREZA MULTIDIMENSIONAL NO RURAL BRASILEIRO	
Rosa Kato Danielle Carusi Machado	
DOI 10.22533/at.ed.38219030719	
CAPÍTULO 20	229
POLÍTICA PÚBLICA EM ECONOMIA SOLIDÁRIA: UM ESTUDO SOB A ÓTICA DO GESTOR DA INCUBADORA PÚBLICA DE EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS DA PREFEITURA DE SÃO PAULO	
Sérgio Ricardo Gaspar	
DOI 10.22533/at.ed.38219030720	

CAPÍTULO 21	243
PRINCÍPIOS E PRÁTICAS DA GESTÃO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO SUBSÍDIO PARA O ENSINO DA ADMINISTRAÇÃO: BUSCA POR PRESSUPOSTOS	
Gustavo Bigetti Guergoletto Renata Peres Barbosa	
DOI 10.22533/at.ed.38219030721	
CAPÍTULO 22	255
DIREITO À EDUCAÇÃO: ANALISANDO POLÍTICAS PÚBLICAS DE APOIO À PERMANÊNCIA ESCOLAR NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA	
Alexsandra Joelma Dal Pizzol Coelho Nilson Marcos Dias Garcia	
DOI 10.22533/at.ed.38219030722	
CAPÍTULO 23	271
PRONATEC: FALTA DE MATERIALIDADE DO DISCURSO	
Jacqueline Oliveira Lima Zago Robson Luiz de França	
DOI 10.22533/at.ed.38219030723	
CAPÍTULO 24	286
PRONATEC APRENDIZ: A PERMANÊNCIA DA DUALIDADE E DA PRECARIZAÇÃO NA FORMAÇÃO PROFISSIONALIZANTE DO JOVEM TRABALHADOR APRENDIZ	
Janaína Cristina Buiar Nilson Marcos Dias Garcia	
DOI 10.22533/at.ed.38219030724	
CAPÍTULO 25	300
DILEMAS DO ANTROPOCENO: CONTRIBUIÇÕES DA PERSPECTIVA ECOLÓGICA PARA O TRABALHO E A EDUCAÇÃO	
Douglas Gomes Nalini de Oliveira Vandei Pinto da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.38219030725	
CAPÍTULO 26	317
RELIGIÃO E DEMONIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NAS ESCOLAS PÚBLICAS DO OESTE PAULISTA (2000 – 2016)	
Carlos Eduardo Marotta Peters	
DOI 10.22533/at.ed.38219030726	
CAPÍTULO 27	333
O LIVRO DIDÁTICO COMO UMA DAS EXPRESSÕES DA EDUCAÇÃO ENQUANTO IDEOLOGIA DE CLASSE OU COMO A GLOBO EXCLUIU UM LIVRO DIDÁTICO CRÍTICO NO BRASIL	
Matheus Rodrigues Lima Affonso Garcia Joel Nunes da Silva Gabriel Martins	
DOI 10.22533/at.ed.38219030727	

CAPÍTULO 28 348

TRABALHO DOCENTE NA EDUCAÇÃO INFANTIL: CONDIÇÕES OBJETIVAS E SUBJETIVAS DA PRÁTICA PEDAGÓGICA*

Luara Alexandre dos Santos

Lucinéia Maria Lazaretti

DOI 10.22533/at.ed.38219030728

CAPÍTULO 29 359

O TRABALHO DOCENTE NO ENSINO SUPERIOR PRIVADO NO CONTEXTO DA ACUMULAÇÃO FLEXÍVEL EM CAMPINA GRANDE/PB

Nadine Gualberto Agra

DOI 10.22533/at.ed.38219030729

SOBRE O ORGANIZADOR..... 369

TRABALHO DOCENTE NA EDUCAÇÃO INFANTIL: CONDIÇÕES OBJETIVAS E SUBJETIVAS DA PRÁTICA PEDAGÓGICA*

Luara Alexandre dos Santos

Pedagoga e Mestranda em Educação pela
Universidade Estadual de Maringá – UEM
Maringá, PR

Lucinéia Maria Lazaretti

Doutora em Educação e Professora Adjunta na
Universidade Estadual do Paraná – UNESPAR -
Paranavaí, PR

* Artigo apresentado no X Seminário do Trabalho:
Trabalho, Crise e Políticas Sociais na América Latina, 23-
25 de maio de 2016, UNESP – Marília.

RESUMO: O presente artigo refere-se a um estudo bibliográfico associado ao resultado de observações feitas durante a disciplina de Estágio Curricular Supervisionado na Educação Infantil, do curso de Pedagogia, no ano de 2014, em uma Universidade Estadual do interior do Paraná. O objetivo foi analisar quais eram as condições objetivas e subjetivas do trabalho docente em uma turma de centro de educação infantil do município. Realizamos estudos e reflexões fundamentados na Teoria Histórico-Cultural em relação aos dados obtidos por meio de observações participativas na turma com crianças entre 2 e 3 anos. Constatamos algumas condições que inviabilizam o trabalho docente: número superior de alunos permitidos por profissional; ausência de planejamento e organização do trabalho docente; professores com formação não específica para atuação na

educação infantil; precariedade de recursos e materiais. Essas condições não garantem um processo educativo de qualidade na formação e desenvolvimento das crianças. A par desses limites, apontamos algumas possibilidades que condizem com as condições subjetivas: garantida a formação docente de qualidade e específica, desde a inicial como a continuada, esse pode atuar de maneira a viabilizar organização e planejamento do ensino que contribuam com a aprendizagem das crianças.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Infantil;
Trabalho Docente: Teoria Histórico-Cultural.

ABSTRACT: This article refers to an aggregate bibliographic study the result of observations made during the course of Supervised in Early Childhood Education, the Faculty of Education, in 2014, in a State University of Paraná state. The purpose was to analyze what were the objective and subjective conditions of teaching in a class of early childhood education center in the city. We conducted studies and reflections based on historical-cultural theory in relation to data obtained through participant observation in the classroom with children between 2 and 3 years. We found some conditions that prevent the teaching: higher number of students allowed by professional; lack of planning and organization of teaching; teachers with no special training to operate in early childhood education; lack

of resources and materials. These conditions do not provide an educational process quality in training and development of children. Alongside these limits, we point out some possibilities that are consistent with the subjective conditions: guaranteed teacher education quality and specific, from the initial and continued, this can act so as to enable the organization and planning of teaching that contribute to children's learning. **KEYWORDS:** Early Childhood Education; Teaching Work: Theory Historical-Cultural.

1 | INTRODUÇÃO

O presente artigo apresenta reflexões a respeito de ações e estudos realizados durante o curso de formação em Pedagogia numa Universidade Estadual do interior do Paraná, especificamente, nas disciplinas de Estágio Curricular Supervisionado na Educação Infantil (102h/aula) e Formação e Ação Docente: Prática de Ensino na Educação Infantil (68h/aula), desenvolvidas no primeiro semestre de 2014. As disciplinas envolveram orientações, estudos e reflexões teóricas na Universidade, juntamente das observações participativas, planejamento e intervenção pedagógica realizadas no CMEI escolhido como campo de estágio.

Dentre as diferentes ações ocorridas no decorrer do estágio, escolhemos esse espaço para observar as ações objetivas e subjetivas que norteiam o trabalho docente como um espaço que nos proporciona enxergar o campo profissional que estamos mergulhando. Além disso, Gomes explica que o estágio possibilita “conexão entre a teoria estudada e a prática observada nas instituições que acolhem as estratégias, configurando-se, assim, como um passo importante na construção das identidades profissionais”. (2009, p.67)

Essa afirmação nos possibilita assemelhar a questão objetiva e subjetiva da ação docente, levando em consideração a formação do profissional que atua como professor e também as condições práticas que potencializam ou limitam sua ação em sala de aula, por meio das observações participativas, dos planejamentos e da intervenção pedagógica aliada a práxis. Podemos compreender tais questões a fim de nos configurarmos bons profissionais e pesquisadores.

Percebemos com essas disciplinas e seu entrelaçamento teórico-prático, que a ação docente depende tanto das condições objetivas (espaço real de atuação como contexto social e político), como das ações subjetivas (concepção de atuação fruto de sua formação profissional) e que ambas se complementam, de maneira que uma não sobrepõe a outra, logo, a fragilidade de uma prejudica consideravelmente a outra, por exemplo, uma formação empobrecida e/ou fragmentada interfere na prática pedagógica no espaço educacional. O que nos leva a refletir sobre esse trabalho docente na presente conjuntura da sociedade brasileira, discutindo especialmente como tem ocorrido essa prática e qual sua importância para as ações de ensino e de aprendizagem.

Portanto, o objetivo desse artigo é apresentar os resultados de uma pesquisa de

cunho bibliográfico associado ao resultado de observações feitas durante a disciplina de Estágio Curricular Supervisionado na Educação Infantil, do curso de Pedagogia, no ano de 2014, em uma Universidade Estadual do interior do Paraná. Como já anunciamos, o objetivo foi analisar quais eram as condições objetivas e subjetivas do trabalho docente em uma turma de centro de educação infantil do município. Para isso, apresentamos no primeiro momento o relato do estágio observado, acentuando aspectos que norteiam condições que impossibilitam uma aprendizagem adequada, devido suas limitações e em um segundo momento, traremos uma análise das condições objetivas e subjetivas do trabalho docente, como premissa para uma prática pedagógica qualificada.

2 | O CAMPO DE ESTÁGIO E AS CONDIÇÕES OBJETIVAS E SUBJETIVAS EVIDENCIADAS

O estágio foi realizado em um CMEI no interior do Paraná, que tem como clientela, crianças de 0 a 5 anos em período integral. A sala na qual desenvolvemos nossas atividades de estágio é a turma do Infantil II, com um total de 25 crianças. Uma sala ampla, que possui um solário e assepsia, para serem realizadas as trocas de fraldas e roupas diariamente. No interior da sala há dois armários com materiais pedagógicos e brinquedos de uso coletivo das crianças, entretanto estão sempre trancados.

A faixa-etária da turma era com crianças de um ano e seis meses a dois anos. Para a turma o trabalho educativo havia, no período matutino, uma educadora, cujo cargo exigia como requisito mínimo para a atuação a formação à nível médio na modalidade normal ou magistério, porém com carga-horária de 30 horas semanais. Já em período integral (40 horas semanais), atuavam duas auxiliares educacionais, tendo como formação mínima, o ensino médio. Hoje, este cargo está extinto, sendo substituído pelo de “Cuidador”, segundo a lei municipal complementar nº 1042/2015.

Desenvolvemos nosso estágio no período vespertino, o que nos permitiu um contato apenas com as auxiliares educacionais. O que evidentemente nos causou estranhamento referente a qual a distinção das funções de cada uma. Na legislação do município, lei complementar nº 790/2009, encontramos que a educadora está no período matutino para, diariamente, realizar uma “atividade pedagógica” direcionada, enquanto que o período vespertino está vinculado basicamente com o cuidar, logo, essas auxiliares necessitam apenas do nível médio de formação para atuar nesse espaço e função.

Quando olhamos o caminho percorrido pela Educação Infantil e seu vínculo como uma instituição de ensino percebemos que o mesmo é cheio de obstáculos, tais como os planos de salários e carreira dos profissionais que trabalham nesses espaços. Como vimos nessa experiência, ainda se perpetua a figura do educador, do auxiliar, do atendente de creche, do agente de apoio, etc. Esses cargos surgem a fim

de substituir o lugar do pagem, do monitor, da crecheira, ou seja, atuações vinculadas diretamente com o cuidado da criança, levando a uma ideia limitada do real papel desse profissional atualmente.

Dessa forma, essa substituição refere-se apenas a nomenclatura e limita-se ao plano teórico, isso porque a prática desse profissional em contato com a criança do centro de educação infantil fica apenas no âmbito do “[...] limpar, cuidar, alimentar e evitar riscos de quedas e machucados, controlando e contendo um certo número de crianças” (CAMPOS, 1994, p. 32), o que desvincula do cuidado do processo educativo. Ou seja, essa fragmentação no atendimento com a criança pequena traz para a educação infantil uma ideia de separação entre o cuidar e o educar, o professor torna-se aquela que trabalha com o “pedagógico”, enquanto que educador e o auxiliar/educador/agente/cuidador aquele que limpa e alimenta a criança, atendendo os cuidados em suas necessidades físicas básicas.

As observações duraram 10 encontros de 4 horas semanais cada, nos quais constatamos uma rotina rígida, composta das ações de limpar, cuidar e alimentar as crianças, a fim de garantir seu bem estar físico. Ações essas que acusam uma rotina de *espera*: espera para a troca, espera para o café, espera para a janta, espera para dormir, até a aguardada a espera de ir para casa. Essa organização infelizmente impossibilitou, em nossas observações, de ação pedagógica intencional que tenha sido planejada, orientada por um ensino com objetivo e sistematicidade, com clareza ou dirigida e compreendida pelas auxiliares e crianças.

Encontramos também, uma sala de aula com paredes vazias, sem registros ou memórias de ações materializadas pelas crianças, como pintura, desenho ou outra produção que as apresentassem. Isso demonstrou um esvaziamento das produções e manifestações infantis, com poucas conquistas, sem um vínculo íntimo com o conhecimento e a aprendizagem que possibilita um desenvolvimento em potencial; Realizamos também nesse estágio, um planejamento e intervenção, com um conteúdo que estivesse dentro do planejamento curricular do CMEI. Porém, nesse artigo, nos atentaremos as condições objetivas e subjetivas de trabalho que os profissionais ali envolvidos estavam condicionados.

A fim de compreender como ocorre a prática pedagógica, escolhemos analisá-la em suas condições objetivas e subjetivas, partindo do pressuposto de que a ação docente e sua prática pedagógica trata-se de uma relação entre as transformações da realidade social da qual faz parte e de sua formação profissional. Logo, procuramos analisar a unidade, o todo, para assim, compreender as partes. De modo que compartilhamos com Basso, (1994) quando compreendemos a sua ideia de que ao analisamos os fatos isoladamente, teremos pouca compreensão, do contrário, quando analisamos as partes na unidade, garantimos uma apresentação fiel do objeto de estudo.

Compreendi, então que a partir da formação como um elemento isolado não possibilitaria o entendimento da prática pedagógica. Era necessário considerar uma unidade sintetizadora das relações entre formação e outros elementos da prática pedagógica. (BASSO, 1994, p. 4)

O primeiro passo será o de analisarmos as condições objetivas em que o docente está enquadrado. Observamos que, embora houvesse um amplo espaço interno e externo para o desenvolvimento de práticas pedagógicas adequadas, haviam limitações impostas pela dinâmica da escola. Na sala de aula havia 25 alunos para duas auxiliares educacionais. Quando buscamos a informação sobre a quantidade de crianças por profissional, encontramos no MEC (2013) que para o atendimento de crianças entre 2 e 3 anos (turma observada) é necessário um professor para 15 crianças, o que nos deixa sem uma resposta efetiva, visto que, as profissionais ali presente não possuíam uma formação e cargo que as colocasse como professoras, e sim eram auxiliares educacionais e por isso, responsáveis diretas pelas ações desenvolvidas com a turma. Além disso, percebemos uma ausência de planejamento e organização do trabalho docente; profissionais com formação não específica para a atuação na instituição de educação infantil; precariedade de recursos e materiais; e atendimento inadequado, com poucas possibilidades de experiências de efetiva aprendizagem e desenvolvimento.

Quando pensamos a prática pedagógica, é necessário entendermos que o ensino não está baseado apenas na concepção teórica que fundamenta o professor, mas também às suas condições sociais reais que viabilizam as condições objetivas, diretas, do seu trabalho docente. O fato das auxiliares educacionais não serem formadas especificamente na área, apresenta-se uma condição objetiva que inviabiliza o trabalho docente, já que sua forma de conceber e encaminhar as ações de ensino são frágeis e baseadas no improviso. Ainda que haja uma vontade em promover um bom momento àquelas crianças, a precariedade de conhecimento e ainda, a impossibilidade de um plano de carreira não motivam aquelas profissionais a buscarem um novo conhecimento e conseqüentemente limitam suas condições de ofertar um ensino de qualidade.

Esse primeiro fato, nos permite olhar de acordo com Marx (1968, p. 202), citado por Basso (1994, p. 18) como essa falta de formação pode limitar o ensino, ao entendermos que o esforço consciente da ação.

[...] tanto mais necessário quanto menos se sinta o trabalhador atraído pelo conteúdo e pelo método de execução de sua tarefa, que lhe oferece por isso menos possibilidade de fruir da aplicação das suas próprias forças físicas e espirituais. (BASSO, 1994, p.18)

Como as auxiliares educacionais não possuíam conhecimento teórico (formal) do processo de ensino e de aprendizagem, a sua função restringia-se às ações espontâneas e improvisadas, tornando o conhecimento a ser oferecido, comprometido. O trabalho dessas profissionais torna-se inevitavelmente menos consciente. E essa afirmação é

óbvia pois as mesmas dificilmente se sentiam atraídas pelo ensino, pelo seu conteúdo e possíveis métodos para sua oferta. Esse fator tira a autonomia de quem ensina, seja o sujeito (professor), como a instituição educacional. Isso ocorre porque, o próprio Estado, pela letra da lei LDBEN 9.394/96, quando propõe e permite a vigência de leis que possibilitam brechas para profissionais inadequados adentrarem e ensinarem as crianças pequenas, negligenciam a oferta de um planejamento que possui uma organização do ensino pautada na práxis e que pensa o pleno desenvolvimento nessa etapa da infância. O que leva a um ensino engessado, no qual é negado a possibilidade de trabalhar de uma forma diferente, mas acessível a realidade presente.

[...] o controle efetiva-se muito mais pela formação aligeirada do professor – por falta de conhecimentos mais profundos sobre conteúdos e metodologias, vê-se obrigado a reproduzir o conteúdo do livro didático – do que por outras vias, do que por exemplo ações de especialistas. (BASSO, 1994, p. 23)

Além disso, o contexto econômico e cultural a qual essa prática está envolvida, nos permite enxergar uma desvalorização considerável do professor e de sua função de garantir aprendizagens por meio da transmissão de conhecimento. Essa desvalorização envolve baixos salários, uma jornada de trabalho extensa, com pouco descanso para essas profissionais, além de uma falta de infraestrutura e recursos pedagógicos que influenciam diretamente nas ações de ensino em sala de aula, causando um ensino desorientado, porque os alunos não aprendem ou demoram a aprender, visto que seus professores não estão capacitados a ensinar.

Torna-se indispensável considerar a realidade que a criança, o professor e a instituição de ensino estão inseridos, isso porque o processo de ensino e aprendizagem está diretamente vinculado às suas condições objetivas e subjetivas em relação com o processo de humanização. Entendemos que a criança se desenvolve de maneira dialética, logo, o ensino organizado intencionalmente garante a formação do ser social da criança e desenvolve suas funções psicológicas superiores. Isso permite um desenvolvimento que supera o desenvolvimento biológico e possibilita uma formação histórico-social. Ou seja, as condições históricas concretas expressas na objetividade e subjetividade da educação infantil.

Analisando agora a condição subjetiva do trabalho docente, entramos na discussão da postura teórica do professor e com sua prática concretiza-se diferentemente de acordo com as práticas pedagógicas a que foi e é envolvido, sejam ora como aprendiz, ora como condutor nesse processo. Para entender o que essa condição subjetiva representa, nos atentemos ao que Marx (1968, p.202), citado por Basso (1994, p. 18), nos evoca:

No fim do processo de trabalho aparece um resultado que já existia antes idealmente na imaginação do trabalhador. Ele não transforma apenas o material sobre qual opera; ele imprime ao material o projeto que tinha conscientemente em mira, o qual tem de subordinar sua vontade. (BASSO, 1994, p. 18)

Se parafrasearmos Marx e substituirmos a palavra trabalho por professor, da citação acima, analisamos a esfera ensino e aprendizagem de uma maneira muito clara, dado que, o professor, quando formado qualitativamente, pode enxergar os resultados ao qual, junto com o aluno e seu projeto de ensino, pretende alcançar, o qual projeta e propõe possibilidades para alcançar essa ideia. Entretanto, vemos à exemplo de nossa experiência que docentes, por vezes, não conseguem fazer esse movimento, isso porque não possuem essa formação mínima para a função que ocupa. Logo, sua organização de ensino não consegue projetar o final do processo, não visa um desenvolvimento em potencial.

A ação docente deve possibilitar uma autonomia maior para o trabalho em sala, isso porque, esse trabalho, diferente dos trabalhos no sistema capitalista, permite ao professor realizar uma avaliação contínua de sua prática, viabilizando modificações, aprofundamentos e adequações simultâneas com o ensino ofertado. Porém, essa autonomia pode ser – e no caso é – ilusória diante das limitações reais que o professor está envolvido. Podemos então considerar que a condição subjetiva está diretamente vinculada à objetiva, ambas em estado de fragilidade.

Estamos diante de um processo dinâmico, no qual a formação acadêmica e os impactos das transformações reais quando analisados isoladamente, não possibilitam uma visão abrangente do problema real da unidade, mas que, quando observados e discutidos em conjunto, proporcionam uma análise crítica das condições do trabalho docente.

3 | POSSIBILIDADE DO TRABALHO DOCENTE ATRELADO A CONDIÇÕES ADEQUADAS DE ENSINO

Para se pensar as possibilidades do trabalho docente, iniciemos com a apresentação do significado da função do docente no processo de ensino e aprendizagem. Assim, partirmos de uma perspectiva construída historicamente e não pressuposta de opiniões sem uma fundamentação teórica que dê conta da formação humana e do desenvolvimento das funções psicológicas superiores.

Segundo Martins (2009), a função da Educação Infantil, dá-se em promover intencionalmente o desenvolvimento das complexas funções psíquicas pela mediação da aprendizagem escolar, entendendo o ato de ensinar, como eixo estruturante de uma boa organização do desenvolvimento da prática pedagógica referente a aprendizagem infantil. Também é função dos centros de educação infantil considerar a criança como um sujeito ativo no processo de ensino e aprendizagem. Dessa forma, será possível promover o seu desenvolvimento pleno, tendo o professor papel fundamental de ensinar com possibilidades de promover à criança o desenvolvimento de suas habilidades complexas e capacidades humanas. Garantindo dessa forma o ensino, que por sua

vez, possibilitará o seu desenvolvimento de maneira transformadora.

[...] tal relação não ocorre em um “vazio social”, isto é, todo esse processo recebe incessantemente, as influências das relações das crianças com outras pessoas, em especial dos adultos, dos quais é absolutamente dependente. É o adulto que lhe confere o objeto ou o retira, que o nomina e significa, enfim, que promove a conversão das coisas em instrumentos, em objetivações humanas. (MARTINS, 2009, p. 111).

É função do professor, planejar ações, pensando a zona de desenvolvimento proximal da criança, a fim de potencializar as capacidades infantis e ampliar o desenvolvimento infantil. Ações essas que só serão possíveis, quando o professor possuir condição de realizar sua práxis no seu espaço real. Isso porque, caso o seu conhecimento esteja limitado ensino básico (ensino médio) por exemplo, dificilmente o mesmo terá visto durante sua formação uma discussão sobre o processo de humanização do homem e as diferentes vertentes de entender o mesmo. Levando-o a uma prática do “ensinar pelo ensinar”, prezo a uma ação sem sentido e significado seja pra quem ensina ou pra quem aprende (ou deveria aprender), aprisionada no espontâneo e cotidiano.

Basso (1994), também nos apresenta a necessidade de transformar o sentido do trabalho desenvolvido pelo professor. O autor apresenta essa questão por considerar que o professor desconhece o significado de seu trabalho, logo o sentido de suas ações, por vezes, se distanciam muito do objeto a ser alcançado. Para o autor,

As categorias significado e sentido do trabalho docente expressam a articulação entre as condições subjetivas – traduzidas nesse estudo pela formação do professor, abrangendo a compreensão dos fins da ação de ensinar – e as condições objetivas de trabalho que, de forma como são impostas ao professor, apresentam-se como circunstâncias alienadas. (p.13)

Basso (idem) defende, e compartilhamos dessa ideia, que ainda que o significado da função do professor – ato de ensinar, transpor o conhecimento acumulado pela humanidade e possibilitar um desenvolvimento efetivo – apresentado pela sociedade e definido historicamente, seja explícito, caso o professor e a instituição de ensino não tenha condições subjetivas e objetivas de trabalho, garantidas, não poderemos transformar a prática educacional, ou se transformarmos, será de maneira muito lenta, isso porque, essa transformação necessita de ambas condições para se realizar. Percebemos então que muitas vezes, devido as necessidades impostas diariamente, o professor é refém de limitações no seu trabalho, o que leva a apresentar um sentido desviado em suas ações de ensino.

Essa ruptura entre significado e sentido é a expressão da alienação do trabalho docente. O fato de termos esses limites que inferem nas condições objetivas de trabalho, nada mais são que, circunstâncias alienantes que dificultam expressivamente a manifestação das condições subjetivas, ainda que no caso observado, essa condição

também esteja comprometida. Pensemos num exemplo simples, com uma má remuneração, o professor desenvolve seu trabalho, com o intuito de ganho para sua sobrevivência, muitas vezes buscando outros meios para garantir sua renda. Isso leva, muitas vezes, a uma não apreciação da prática pedagógica, por ver nesse espaço, ideais que não lhe possibilitam saltos, progressão financeira, formação continuada, entre outros. Enfim, o sentido se desliga do significado e as ações deixam de ter vínculo com o ensino, para ter vínculo com a necessidade pessoal do professor, o seu trabalho perde o sentido de suprir a necessidade do ensino e passa a ser uma ação a fim de suprir apenas necessidades fora desse espaço.

Portanto, a separação de significado e sentido das ações, tornam-se a unidade em questão, alienada.

O trabalho alienado é entendido, assim, como meio de existência como uma aparente atividade, como exterior ao trabalho e não como ato que desenvolve novas capacidades e cria novas necessidades, não como essência humana no sentido da realização das possibilidades alcançadas pelo gênero humano. Na alienação *‘o trabalho é exterior ao trabalhador, ou seja, não pertence a sua essência, que portanto ele não se afirma, mas se nega em seu trabalho, que não se sente bem, mas infeliz, que não desenvolve energia mental e física livre, mas mortifica sua physis e arruína sua mente. (...) O seu trabalho não é portanto voluntário, mas compulsório, trabalho forçado. Por conseguinte, não é a satisfação de uma necessidade, mas somente um meio para satisfazer necessidades fora dele (Marx, 1984, p.153, grifos no original) (BASSOS, 1994, p.38).*

Com o relato do estágio, que trata-se de uma realidade não apenas de uma sala ou um centro infantil, mas de todo o município, e, quiçá, essa particularidade expressa a universalidade, podemos observar a limitação diante das possibilidades num bom processo de trabalho docente. Disso decorre, um trabalho alienado que pouco desenvolve novas capacidades e necessidades pela criança, que lhe oferta poucas chances de novas formações psíquicas e ou ainda apropriação de conhecimentos, o que acarreta diretamente no produto final que será consumido pelas crianças, o ensino em si.

Sendo assim, enquanto as condições objetivas de trabalho docente não proporcionarem a realização humana profissional, de maneira que o professor possa apropriar-se desse processo e desenvolver novas capacidades e necessidades, o seu trabalho se tornará alienado. Serão ações limitadoras e que muitas vezes será/é reconhecida como situações frustrantes, isso porque o trabalho alienado não possibilita uma visão fora da alienação. O que também acarretará numa outra consequência, eu é a produção em grande escala de alienados e alienantes.

A reprodução mecânica da atividade docente e suas condições de vida não permitem a ampliação das possibilidades de crescer enquanto professor e ser humano, criando novas necessidades e condições de satisfazê-las. E nem para o aluno. Alienam-se os dois. Segundo Saviani (1988, p.74) *“é preciso levar em conta que os conteúdos culturais são histórico e seu caráter revolucionário está intimamente associado a sua historicidade. (...) a transformação dos conteúdos*

Estamos diante de um espaço que tem o objetivo o ensino, mas que, quando interpretado e reproduzido da forma acima, apresenta nada mais que um simples banco de informação, ou no caso do CMEI, um banco assistencialista, sem fim no ensino, promovendo professores e crianças vinculadas à uma formação alienada. É necessário, aprofundarmos em reflexões que nos possibilitem a compreender como ocorre essa prática e como deveria ocorrer, para que diante dos inúmeros desafios que se apresentarem, possamos trabalhar de forma intencional e dirigida, compreendendo a representação social de ser professor, a fim de criar condições de discutir a qualidade de nosso trabalho.

O processo de observação participativa demonstrou claramente um desafio a ser enfrentado no ambiente da educação infantil e também possibilidade de pesquisas que podem avançar no embate a essas más condições de desenvolvimento da prática pedagógica. Há limites objetivos e ainda muito camuflados sobre o processo de desenvolvimento da criança de 0 a 3 anos, devido a uma ideia ainda muito distorcida da função dos CMEIs. Por isso, o significado da função do professor e o sentido de suas ações precisam ser mais explorados e expostos, para que a educação, o desenvolvimento, enfim, toda a unidade educacional de fato tenha progressos significantes.

O papel do pedagogo é superar as práticas cotidianas espontaneístas na direção da organização de ações educativas mediadoras das formas pelas quais a criança se relaciona com seu entorno físico e social, tendo em vista explorar as suas máximas potencialidades de desenvolvimento. (MARTINS 2009, p.13)

Portanto, ao tomar ciência da sua função no processo de ensino-aprendizagem, o professor terá clareza que é o agente dominador do conhecimento científico e que sua intervenção amparada em condições objetivas e subjetivas possibilitará o desenvolvimento de potencialidades e capacidades em êxito, através de uma aprendizagem ativa.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A intenção, neste capítulo, foi o de analisar como se apresenta as condições objetivas e subjetivas do trabalho docente, relatando uma experiência de estágio supervisionado curricular na educação infantil, contrapondo com uma fundamentação teórica necessária para se discutir o processo apresentado. E compreendemos que uma boa prática pedagógica não se resume apenas nas mudanças necessárias de concepções teóricas, mas também de mudanças urgentes nas condições objetivas em que essa prática se desenvolve.

É necessário discutirmos mais as possibilidades de um trabalho menos alienado

dos professores em nossos centros de educação infantil. Isso porque, ainda que essa alienação seja uma marca das condições do sistema capitalista, temos na prática pedagógica a autonomia de métodos e possibilidade no ato de ensinar e isso precisa ser efetivado em práticas. Sabemos que a questão da remuneração do salário e plano de carreira do professor é crucial, que a diminuição da jornada de trabalho e a falta de autonomia nas aulas planejadas são discussões urgentes e por isso a pesquisa e a investigação não podem cessar.

É válido também ressaltar que os limites estão presentes e atingem diretamente a sala de aula, temos também um contexto social, econômico e histórico que precisa ser analisado, pois implicam nas diretrizes, no sistema educacional brasileiro e que necessita avançar em suas políticas contínuas e articuladas. Um desafio contínuo e de exploração profunda, mas que essencial para se articular práticas pedagógicas de qualidade que garantam condições objetivas e subjetivas do trabalho docente.

REFERÊNCIAS

BASSO, I. S. **As condições subjetivas e objetivas do trabalho docente: um estudo a partir do ensino de História**. Campinas. Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP – Faculdade de Educação. 1994

BRASIL, **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional LEI 9.394/1996**

CAMPOS, M. M. Questões sobre o perfil do profissional de educação infantil. In: **Por uma Política de Formação do Profissional de Educação infantil**. Brasília: BRASIL/MEC/SEF/COEDI, 1994, p. 32-42.

GOMES, M, O. **Formação de professores na Educação Infantil**. São Paulo, SP. Cortez, 2009.

MARINGÁ, **LEI COMPLEMENTAR, Nº 790/2009**.

BRASIL, **Dúvidas mais frequentes sobre Educação Infantil**. MEC, 2013.

MARINGÁ, **LEI COMPLEMENTAR Nº 1042/2015**.

MARTINS, L. M. **Ensinando aos pequenos: O ensino e o desenvolvimento da criança de zero a três anos**. Campinas, SP: Alínea, 2009.

SAVIANI, D. **Formação de Professores no Brasil: Dilemas e Perspectivas**. Poíesis Pedagógica. V.9, N.1 jan/jun.2011; pp.07-19.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1996.

SOBRE O ORGANIZADOR

Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos - Doutor em Letras, área de concentração Literatura, Teoria e Crítica, pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB, 2019). Mestre em Letras, área de concentração Literatura e Cultura, pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB, 2015). Especialista em Prática Judicante pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB, 2017), em Ciências da Linguagem com Ênfase no Ensino de Língua Portuguesa pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB, 2016), em Direito Civil-Constitucional pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB, 2016) e em Direitos Humanos pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG, 2015). Aperfeiçoamento no Curso de Preparação à Magistratura pela Escola Superior da Magistratura da Paraíba (ESMAPB, 2016). Licenciado em Letras - Habilitação Português pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB, 2013). Bacharel em Direito pelo Centro Universitário de João Pessoa (UNJPÊ, 2012). Foi Professor Substituto na Universidade Federal da Paraíba, Campus IV – Mamanguape (2016-2017). Atuou no ensino a distância na Universidade Federal da Paraíba (2013-2015), na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2017) e na Universidade Virtual do Estado de São Paulo (2018-2019). Advogado inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Paraíba (OAB/PB). Desenvolve suas pesquisas acadêmicas nas áreas de Direito (direito canônico, direito constitucional, direito civil, direitos humanos e políticas públicas, direito e cultura), Literatura (religião, cultura, direito e literatura, literatura e direitos humanos, literatura e minorias, meio ambiente, ecocrítica, ecofeminismo, identidade nacional, escritura feminina, leitura feminista, literaturas de língua portuguesa, ensino de literatura), Linguística (gêneros textuais e ensino de língua portuguesa) e Educação (formação de professores). Parecerista *ad hoc* de revistas científicas nas áreas de Direito e Letras. Vinculado a grupos de pesquisa devidamente cadastrados no Diretório de Grupos de Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). orcid.org/0000-0002-5472-8879. E-mail: <awsvasconcelos@gmail.com>.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-438-2

